

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Caetano Ferreira, Maria Inês

ENCONTROS E DESENCONTROS DE MORADORES DA FAELA NO ESPAÇO SOCIAL SEGREGADO. UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS COTIDIANAS NOS ESPAÇOS PRIVATIZADOS

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 7, núm. 2, noviembre, 2005, pp. 9-26

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951700002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

ENCONTROS E DESENCONTROS DE MORADORES DA FAVELA NO ESPAÇO SOCIAL SEGREGADO

UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS
COTIDIANAS NOS ESPAÇOS PRIVATIZADOS

MARIA INÊS CAETANO FERREIRA

R E S U M O *O artigo discute resultados de pesquisa realizada numa favela no sofisticado distrito de Vila Andrade, na capital paulista, enfocando a segregação espacial e as práticas dos favelados para participar da produção do espaço social. O método do estudo de trajetórias mapeou a mobilidade dos sujeitos, possibilitando desvendar os encontros dos favelados com os vizinhos de média e alta rendas. Um dos temas do artigo é a reflexão sobre a presença de camadas sociais heterogêneas no espaço segregado, em virtude da constatação de que os favelados freqüentam espaços voltados para as camadas de média e alta rendas. O artigo também aponta a desigualdade das relações dentro da favela, onde a estrutura hierárquica da sociedade brasileira é reproduzida. Pondera, ainda, sobre os impactos da convivência dos sujeitos de uma mesma camada e também de diferentes camadas sociais nos espaços privatizados cuja lógica se distingue dos princípios do espaço público.*

P A L A V R A S - C H A V E *Segregação; espaço privatizado; desigualdade social; favela; espaço urbano.*

Este artigo discute alguns resultados da pesquisa realizada numa favela na região Sul doeste da capital paulista, enfocando a questão da segregação espacial e as práticas dos favelados em suas tentativas de participar do processo de produção do espaço social. Desde já, é necessário esclarecer que essas práticas não se referem a atividades organizadas e militantes, mas a ações cotidianas, desenvolvidas ao longo das interações sociais corriqueiras.

Bourdieu (1997) reflete sobre as características dos espaços físico e social. Esse autor explica que os seres humanos se situam num lugar, o qual ele define “absolutamente” como “o ponto do espaço físico onde um agente se situa”. Segundo ele, o espaço físico se define pela exterioridade mútua das partes. O espaço social é apontado, pelo autor francês, como elemento fundamental na constituição dos agentes sociais, pois é na relação com o espaço social que “os agentes sociais são constituídos como tais”. O autor esclarece que os agentes se situam em determinado lugar do espaço social e que esse lugar se distingue pela sua distância em relação a outros lugares. O espaço social se define pela “exclusão mútua das posições que o constituem” e não pela exterioridade, observada no caso do espaço físico. Bourdieu (1997, p.160) destaca a “forma de oposições espaciais” que expressa a estrutura hierarquizada do espaço social, em virtude da ordem hierárquica da própria sociedade.

A reflexão de Bourdieu esclarece que o conceito de espaço social envolve o processo de luta pela conquista de posições num espaço desigual; ele contempla relações de poder. A posse do capital é um dos fundamentos do poder, que se manifesta na distribuição dos

agentes e dos bens e dos serviços pelo espaço (*ibidem*). Desse modo, a reflexão sobre as tentativas dos moradores da favela pesquisada para participarem do processo de produção do espaço social contempla as disputas cotidianas de diferentes grupos sociais pela apropriação dos bens coletivos, dispostos de modo hierarquizado na estrutura espacial.

Villaça (1998, p.328) destaca a apropriação desigual dos recursos do espaço urbano pelas camadas de alta renda. Esse autor desenvolve a reflexão sobre a segregação, a qual ele define como o processo pelo qual as camadas de renda elevada se concentram em determinadas regiões. Ele explica que tal concentração não impede a presença de grupos de baixa renda, pois o determinante é que o setor segregado concentre – mais do que outras regiões do espaço urbano – camadas de alta renda (*ibidem*, p.142). Essas camadas buscam atrair os equipamentos urbanos para a região segregada. Villaça acentua a relevância da capacidade de controlar o tempo despendido nos deslocamentos e o seu custo sobre o processo de segregação (*ibidem*, p.181). Desse modo, o custo e o tempo gasto para o acesso aos bens do espaço urbano para a população das regiões segregadas costumam ser menores, em contraste com os da população que vive distante delas. Villaça explica que as camadas de renda mais elevada influenciam a decisão sobre a direção do crescimento da metrópole porque dispõem de prestígio junto ao Estado e ao mercado imobiliário (*ibidem*, p.320). As áreas segregadas convertem-se em novos “centros principais”, como denomina o autor, oferecendo acesso aos bens coletivos que, por sua vez, se tornam mais distantes das populações estabelecidas em áreas afastadas desses novos centros. Segundo Villaça, as “invasões” são um modo de a população com pouca renda participar das vantagens usufruídas pelas de alta renda na área segregada (*ibidem*, p.225).

O modo de ocupação do distrito de Vila Andrade, onde se localiza a favela pesquisada, pode ser compreendido pelas reflexões de Villaça sobre o processo de segregação. Isso porque o crescimento da cidade em direção ao vetor sudoeste se vincula às disputas pela construção do espaço urbano, em que as camadas de renda elevada procuram atrair para as áreas segregadas os bens coletivos. O movimento de ocupação da favela pesquisada revela os passos desse processo e indica que as “invasões” são também uma forma de responder a demandas da população de alta renda; um exemplo é a prestação de serviços domésticos e de reparos.¹ A pesquisa revela que até a década de 1970, no local havia poucos habitantes e vias de acesso para a zona central da cidade. Nessa época, os raros moradores da favela estavam relativamente isolados e a paisagem local se assemelhava à zona rural, com muita vegetação e espaço para hortas e criação de galinhas e porcos. A partir da década de 1970, a região começou a se desenvolver, inclusive em virtude da instalação da sede do Poder Executivo do Estado. A partir de então, foram construídas novas vias, ligando a região às áreas centrais. Nesse período, foram iniciadas as obras dos primeiros condomínios residenciais de luxo, empreendimentos que atraíram uma massa de migrantes da zona rural do Nordeste para o trabalho na construção civil.

A oferta de trabalho foi responsável pelo adensamento da favela. Segundo os moradores, as famílias ali assentadas convidaram e hospedaram parentes e amigos do local de origem, que migraram com a certeza de ocupação na capital. Com o tempo, os novos moradores construíram suas casas e convidaram outros parentes e amigos. Por esse motivo, até o início do novo milênio, a maior parte dos moradores da favela compartilha laços de parentesco ou de naturalidade. Após a conclusão das obras, foram oferecidas vagas para serviços domésticos e de reparos às esposas dos trabalhadores da construção civil e a outros moradores. Atualmente, a paisagem da região não guarda nenhuma semelhança com a zona rural. Ali estão instalados inúmeros condomínios residenciais e comerciais de alto

¹ Ribeiro (1996, p.172) observa que a população residente nas favelas da zona sul carioca atende às demandas de trabalho promovidas pelas necessidades das camadas de rendas média e alta.

luxo, além de hospitais e de escolas de elevado padrão. O distrito abriga população com renda elevada, que dispõe de acesso facilitado aos bens urbanos, além das inúmeras vias que facilitam o deslocamento para as principais áreas da capital.

A favela também se desenvolveu, a exemplo do distrito, e a urbanização não permite mais a criação de animais nem o cultivo de hortas. No local há mercearias, açougues, lojas de móveis e de roupas, farmácias, depósitos de material de construção, padarias, supermercado, locadoras de vídeo, academia de ginástica, restaurantes, postos de saúde, creches e escolas públicas, vias asfaltadas, iluminação pública, telefone público. Os moradores dessa favela provavelmente dispõem de melhor acesso à infra-estrutura e aos serviços públicos do que os de outras, localizadas em áreas não segregadas, distantes da concentração da oferta de bens coletivos.

Merece destaque o fato de que algumas características do adensamento desse distrito confluem para questões abordadas pela literatura sobre estudos urbanos, preocupada com o processo de “gentrificação”. Sassen (1991) é uma das autoras mais citadas sobre esse tema. Ela reflete sobre a ordem socioespacial em Nova York, Londres e Tóquio que se instaura a partir da nova economia, sucedendo o modelo de produção de massa do fordismo nas últimas décadas. Ela estabelece relações entre as transformações no mundo do trabalho, a polarização socioeconômica e a preponderância de uma ordem espacial assimétrica. A forma de organização do espaço expressa a distância que separa as camadas com renda elevada das empobrecidas. Sassen explica que os locais freqüentados pelas novas elites são caros e sofisticados e, assim, praticamente proibitivos às camadas empobrecidas, estimulando a homogeneidade do público freqüentador. Nas últimas décadas, tem-se intensificado o isolamento das diferentes camadas sociais, que se concentram em espaços segregados, desestimulando a interação de grupos heterogêneos. A autora explica que o distanciamento das diferentes camadas sociais não é inédito e que a novidade é a apropriação privada dos recursos públicos e do espaço urbano, uma vez que os setores da nova economia influenciam as decisões estatais a favor da ordem socioespacial segregada.

No caso brasileiro, Ribeiro (1996) assinala o processo de polarização promovido na capital carioca, onde se multiplicam os condomínios residenciais e comerciais de luxo. Segundo esse autor, o discurso ancorado na “cultura do medo” é uma das justificativas para a segregação (*ibidem*, p.148).

Caldeira (2000) aponta a propagação também dos condomínios de luxo na capital paulista, destacando ainda o fato de os empreendimentos imobiliários se instalarem, não raramente, em regiões distantes da zona central e que agrupam camadas empobrecidas, incluindo favelas. Nessa organização socioespacial polarizada, as camadas de alta e baixa rendas habitam um mesmo território, porém não convivem umas com as outras. Isso porque as camadas de alta renda freqüentam espaços privatizados, que obstaculizam o ingresso de populações empobrecidas, assegurando a homogeneidade social do público no local. Caldeira denomina esses espaços privatizados de “enclaves fortificados” e assinala o controle exercido por meio de sistemas de segurança, a fim de limitar o acesso de indivíduos avaliados como suspeitos perigosos e de membros das classes trabalhadoras (não raramente tomados de modo semelhante). Ela atribui o isolamento à estratégia das camadas altas e médias para organizar e promover o processo de distinção, estremecido com a recente democratização da sociedade, por meio da qual as classes trabalhadoras conquistaram direitos e ocuparam espaços físicos e políticos (*ibidem*, p.325).

As características do distrito de Vila Andrade convertem essa favela num rico campo de pesquisa. Isso porque ali podem ser observados aspectos apontados pela literatura

atual sobre estudos urbanos, possibilitando investigar os impactos da segregação e da polarização socioespacial na vida cotidiana dos sujeitos e nas suas tentativas de participar da organização do espaço. Os argumentos de Caldeira atentam para o aspecto corriqueiro da convivência em locais privatizados. Na Vila Andrade, essa tendência pode ser constatada, pois ali predominam os locais privatizados em detrimento dos públicos. Na região, o intenso fluxo de automóveis contrasta com o fraco movimento de pedestres nas calçadas, há algumas praças pouco freqüentadas pelos moradores, que preferem os clubes, os shoppings e outros espaços controlados pelos sistemas de segurança. Isso não significa que as camadas de média e alta rendas não freqüentem espaços públicos e que a homogeneidade social seja radical. Todavia, a comprovada convivência social em locais privatizados provoca impactos nas disputas pela produção do espaço urbano.

Este artigo reflete sobre a segregação e a polarização socioespacial, a partir dos resultados alcançados na pesquisa, introduzindo, porém, questões que descontinam a complexidade das atuais formas de organização do espaço urbano. Isso porque se a polarização se revela um fenômeno evidente, as diferentes camadas sociais não estão isoladasumas das outras. Mesmo nos espaços privatizados, onde se utilizam equipamentos de segurança para controlar e assegurar a freqüência social homogênea do público, é possível constatar os encontros de grupos sociais heterogêneos. Desse modo, a polarização contempla a convivência de camadas empobrecidas e de alta renda. Na verdade, essa convivência é um dos elementos do processo que envolve a polarização e a construção da distância social. Neste artigo são discutidas as formas da convivência de camadas sociais heterogêneas numa ordem socioespacial polarizada. Um outro debate desenvolvido no artigo pondera sobre a heterogeneidade social na favela, convergindo para os argumentos de Valladares (1999) que contestam as imagens mitificadas de homogeneidade neste tipo de moradia.

A PESQUISA: CAMPO E MÉTODO

A pesquisa de campo foi realizada entre o final de 1999 e o início do segundo semestre de 2002. Nesse período foram realizadas visitas periódicas para entrevistas ou contatos com moradores e agentes institucionais. O ingresso na favela foi facilitado por uma agente do serviço social do município, que indicou funcionários de uma creche para informar sobre instituições governamentais e não-governamentais que atuavam na favela. Esses funcionários apresentaram lideranças locais, moradores e outras instituições. A partir de então, houve liberdade para os contatos e para os moradores introduzirem novos conhecidos, vizinhos e familiares, além da abertura para o diálogo com organizações não-governamentais.

Nos dois anos da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas em profundidade com integrantes de doze famílias. O critério para a seleção das famílias foi o imperativo de haver um jovem entre 14 e 24 anos, para desvendar possíveis transformações ocorridas nas duas gerações. O roteiro aplicado nas entrevistas abordou diversas questões sobre trajetórias de migração, de ocupação, de moradia, de educação, do desenvolvimento da favela, do acesso aos mercados de consumo, de lazer e outros. Cabanes (2000, p.31) ensina que o pesquisador deve considerar as diversas facetas da vida, pois elas interagem entre si e os indivíduos não se limitam a somente uma delas, eles são a mistura de todas elas. O método de pesquisa adotado foi o estudo de trajetórias. Os entrevistados resgataram e re-

lataram os seus movimentos pelo espaço urbano, organizando-os numa linha linear do tempo, informando bloqueios e formas de acesso para usufruir dos bens coletivos.

Os elementos recolhidos pelas trajetórias individuais e o seu estudo profundo possibilitam reconhecer aspectos coletivos, como revela Cabanes (2000), as estruturas mais amplas da sociedade se manifestam nos fatos cotidianos da vida dos indivíduos. Thompson (1980, p.253) argumenta que os relatos de vida podem prover material cujo estudo minucioso possibilita a generalização de descrições sociológicas de uma época, informando estruturas sociais globais. O estudo das histórias individuais permite reconhecer o que Revel (1998, p.33) denomina “as redes de relações”, pelas quais os sujeitos estabelecem alianças, constroem a identidade assim como se isolam ou impõem restrições para os contatos.

Após o tratamento exaustivo e minucioso, os dados recolhidos no campo foram analisados em níveis de três paralelos. No primeiro, foram estudadas as trajetórias de cada indivíduo; no segundo, cada grupo familiar foi analisado individualmente, considerando-se os seus integrantes e as suas relações; e, por último, as trajetórias de todas as famílias foram comparadas, buscando-se levantar os aspectos gerais e os singulares entre elas. A análise do material resultou na construção de quatro linhas temáticas, a saber: a trajetória da favela (os movimentos da ocupação, as transformações ocorridas ao longo do tempo, os modos de organização das relações sociais etc.); as trajetórias dos pais das famílias; as trajetórias das mães das famílias; e, finalmente, as trajetórias dos filhos jovens. Desse modo, foi possível reconhecer regularidades relacionadas à condição de ser um morador dessa determinada favela, as situações históricas que incidem sobre as biografias individuais e as formas elaboradas pelos sujeitos para lidar com os elementos da organização social que incidem sobre as suas vidas. Bourdieu (1997, p.164) explica que a mobilidade “intra e intergeracional” é uma forma de disputa pela apropriação do espaço. Portanto, a mobilidade dos entrevistados pelo espaço urbano a fim de usufruir dos bens coletivos ensina o jogo de forças envolvido na disputa para a construção do espaço social.

A CONVIVÊNCIA DOS SUJEITOS DE DIFERENTES CAMADAS SOCIAIS: OS FAVELADOS VÃO A LUGAR DE “BACANA”

O estudo das trajetórias possibilita o reconhecimento da mobilidade dos sujeitos pelo espaço, desvendando os encontros cotidianos dos moradores da favela com os vizinhos de média e alta rendas. Um tema que emerge desse estudo é a verificação da convivência cotidiana de camadas sociais diferentes num mesmo espaço. A heterogeneidade dos grupos sociais pode ser observada nos “enclaves fortificados”, onde se procura assegurar a homogeneidade social dos freqüentadores pelo controle efetuado por meio de sistemas de segurança. Ela também se revela na própria favela, em contraste com as imagens mitificadas que induzem à crença do predomínio de uma população em condição de vulnerabilidade, como ensina Valladares (1999).

A forma de convivência dos moradores da favela com os vizinhos de média e alta rendas denota alguma timidez, apesar de as diferentes camadas sociais habitarem um território comum. Todavia, o mapeamento da mobilidade das diferentes gerações de moradores da favela indica a regularidade dessa convivência. A sugestão do tímido relacionamento das diferentes camadas provavelmente expressa a forma de organização espacial na região, caracterizada pela polarização social. Assim sendo, a proximidade física não con-

tribui para amainar a distância socioeconômica dos grupos e não parece impossível que ela acentue tal distanciamento. Isso porque o modo de relação dessas diferentes camadas sociais parece assentar-se no princípio de desigualdade hierárquica, de assimetria. Esse modo de relacionamento é complexo porque se fundamenta em inclinações contraditórias, a saber: proximidade e distanciamento, intimidade e impessoalidade, rivalidade e cooperação etc.

As formas de relação dos moradores da favela com os vizinhos de média e alta rendas são reconhecidas na análise das trajetórias dos entrevistados. As trajetórias das gerações dos pais apontam, especialmente, as relações de trabalho, na medida em que boa parte dos moradores se ocupa na proximidade da favela. As características dessas relações confluem para as conclusões da vasta literatura nacional sobre as condições dos trabalhadores com pouca qualificação, a saber: intensa exploração da força de trabalho, longas jornadas, baixa remuneração, informalidade. O material recolhido no campo sobre as interações cotidianas dos trabalhadores e dos patrões ainda destaca os conflitos relacionados à subalternidade, à humilhação e, contradiatoriamente, à intimidade e ao apoio mútuo. Nas trajetórias dos filhos jovens merecem destaque as interações na esfera do consumo e do lazer, as quais anunciam elementos interessantes para a reflexão sobre a construção da assimetria. O estudo minucioso dos aspectos envolvidos nas interações cotidianas dos sujeitos permite desvendar padrões e regularidades inscritas nas formas de organização das relações sociais, assentadas numa ordem desigual e hierárquica. Entretanto, os detalhes amealhados nas histórias de vida ensinam como essas formas são porosas, criativas, contraditórias, flexíveis, assim como as ações dos sujeitos para lidar com os obstáculos que se interpõem à conquista de seus objetivos.

A história da convivência do jovem Waldir e de sua família com as camadas de alta renda, na região das mansões ao lado da favela, desvenda elementos que fundamentam a organização das relações de grupos sociais diferentes e que buscam converter a diferença em desigualdade. Waldir tinha 21 anos e era responsável pela instalação e administração de um equipamento cultural, que ocupava dependências do domicílio da família. Esse jovem conseguiu patrocínio de uma escola da região, voltada para alunos de classe alta, para a reforma do equipamento. Toda a família se mudou do domicílio e se instalou por oito meses em uma mansão próxima à favela, propriedade de uma ex-patrão da mãe de Waldir.

Waldir confessou ter-se entusiasmado com a possibilidade de aproveitar o conforto da mansão e conviver com os vizinhos “grã-finos”. Porém, a perseguição promovida pelos vizinhos desmontou os sonhos de Waldir. Essa teve início logo na fase da mudança, quando uma vizinha telefonou para a proprietária da mansão, informando que o imóvel estaria sendo invadido por um grupo de “sem-terra”. A vizinha indignou-se com a informação de que o imóvel fora cedido para uma família da favela e passou a vigiar e provocar os novos e indesejados moradores. Ela discutiu inúmeras vezes com Waldir, criticando a falta de educação de sua família e visitas. A principal reclamação dos “grã-finos” era o barulho e a movimentação excessiva na mansão, sempre repleta de colegas da favela ansiosos por um banho de piscina. Para os vizinhos ricos, a mansão parecia um clube. Já a família de Waldir considerava a vida na área das mansões desanimada, silenciosa e solitária, como se fosse “um cemitério”.

Os conflitos entre a família de Waldir e os vizinhos de alta renda assinalam a relevância das situações de encontro e interação na disputa cotidiana pela construção do espaço social. Pois, os endinheirados buscaram conservar o poder exercido na região das

mansões; por sua vez, os moradores da favela procuraram beneficiar-se do conforto da área nobre. O principal motivo expresso para o conflito não foi a rejeição dos “grã-finos” aos pobres carentes, mas o choque de modos diferentes de comportamento. Talvez se a família de Waldir, mesmo favelada, habitasse a mansão adaptando-se aos hábitos dos “grã-finos”, as oportunidades de conflito teriam sido abrandadas. Mas o fato de Waldir e sua família insistirem em reproduzir entre os ricos os mesmos hábitos e costumes da favela provocou o embate. A rejeição dos moradores de alta renda das mansões à reprodução do modo de comportamento da favela no interior do espaço por eles dominado converge para as conclusões de Silva (2002) sobre o processo de reprodução do padrão hierarquizado de integração urbana, pelo qual os favelados permanecem como “criaturas da desigualdade”. Essa rejeição indica a não “aceitação” e o não “convencimento” – apropriando-se das palavras empregadas por Silva – das camadas de alta renda do direito de expressão e participação dos favelados.

A teoria sobre a distinção, de Bourdieu (1979), auxilia na compreensão da disputa das diferentes camadas sociais pela afirmação da legitimidade do modo de comportamento e estilo de vida. Segundo esse autor, as diferenças de estilo de vida podem ser inseridas no conjunto de características auxiliares que anuncia a classificação social e participa do processo de exclusão sem ser anunciado formalmente. Desse modo, a disputa das camadas de alta renda para convencer os vizinhos da favela sobre a legitimidade de seus hábitos em oposição ao desses últimos se vincula à luta pelo poder. Alguns dos argumentos que sustentam a suposta legitimidade do padrão de comportamento das camadas de alta renda são a elevada escolaridade, o conhecimento, a sofisticação. Ao contrário, o desprezo do modo de comportamento dos favelados se justificaria, entre outros motivos, pela pouca escolaridade e conhecimento e ainda pelos estigmas associados a esse tipo de ocupação, como: a ilegalidade, a violência etc. As críticas ao modo de comportamento dos moradores da favela priorizam as diferenças do estilo de vida em detrimento da distância econômica. Todavia, parece evidente que essas duas questões estão imbricadas.

Os conflitos com os endinheirados das mansões, que fazem parte da trajetória da família de Waldir, expõem a relevância dos encontros e da convivência cotidiana na disputa pela construção do espaço social. Pois nessas oportunidades as práticas das camadas de alta renda buscam abalar a crença dos favelados sobre a legitimidade de seu modo de comportamento, a sua auto-estima e a disposição para participar e usufruir dos benefícios dos bens coletivos. Por sua vez, durante os conflitos, os favelados têm a oportunidade de exercitar o seu modo de vida e resistir ao poder das camadas de alta renda.

Dentre os fatos que compõem a experiência da convivência da família de Waldir na área das mansões, merece destaque a situação que converteu concorrentes em aliados. Segundo o jovem, meses após a instalação da família na mansão, a vizinha que o perseguiu realizou uma festa e solicitou à sua família que cedesse o espaço vago na garagem para estacionar os veículos de seus convidados. A convivência de vizinhos de camadas sociais heterogêneas estimulou o conflito, mas também a solidariedade. Embora a solidariedade não neutralize o conflito, é necessário reconhecer que ela o embaralha e adverte para a flexibilidade e a criatividade do processo de segregação, as quais, entretanto, podem reverter-se em brechas que favorecem a ação cotidiana dos moradores da favela para usufruir dos bens coletivos e interferir na organização do espaço social, convertendo os seus interesses em objetivos coletivos.

A narrativa sobre a primeira sessão de cinema da jovem Beatriz aponta outros elementos do processo pelo qual os moradores da favela buscam usufruir dos bens do es-

ço urbano. Beatriz apresenta as estratégias empregadas para ultrapassar os estigmas atribuídos aos moradores da favela, que os impedem de se movimentar livremente pelo espaço em geral. A jovem estava com dezessete anos quando foi assistir sozinha a um filme no sofisticado shopping ao lado da favela. No cinema, ela conheceu dois jovens acompanhados do pai que a convidaram para um lanche, após a sessão. No final, o pai dos garotos ofereceu uma carona a Beatriz, que fingiu morar em um prédio luxuoso. Eles mantiveram contato por muitos anos, foram juntos ao cinema algumas vezes, mas Beatriz só confessou morar na favela depois de conquistar a confiança dos amigos não-favelados, que então conseguiram separá-la dos estigmas impostos a esses moradores. Novamente, observa-se que é durante a convivência das diferentes camadas sociais que os moradores da favela enfrentam os estigmas que lhes são atribuídos. Em algumas situações, eles recuam e desistem de interferir na produção do espaço; em outras, eles enfrentam e impõem a sua presença. No caso de Beatriz, a sua sofisticada estratégia permitiu conquistar os amigos e os fazer compreender a ilusão sobre a qual se assentam os estigmas associados aos favelados.

Sobre a narrativa de Beatriz, vale ressaltar que provavelmente ela não apresentou modos de comportamento que se chocassem com os dos novos amigos. Esse talvez possa ter sido um dos motivos para que a relação entre eles não fosse conflituosa e, por isso mesmo, tenham conseguido manter a amizade apesar da condição social de Beatriz. Mas a história da jovem reitera a heterogeneidade que reina na favela, embora esses sujeitos sejam estigmatizados coletivamente por meio das imagens que anunciam a suposta homogeneidade de uma população desorganizada, afeita à ilegalidade (que se manifesta na própria condição da ocupação ilegal do solo) e de um local onde vivem criminosos.

O emprego do termo “favela” merece algumas considerações que assinalam questões importantes sobre a construção do espaço social e o estigma que atinge essa população, inclusive sobre a imposição da distância simbólica entre sujeitos que dividem um mesmo território, como é o caso dos favelados e não-favelados da Vila Andrade. Ao longo da pesquisa, os moradores raramente denominaram o local de moradia como favela. Eles preferiram outros termos, a saber: o nome da própria favela, comunidade ou periferia. A evitação, certamente, expressa algum elemento relevante. Talvez a opção por outros vocábulos se explique pela dificuldade em lidar com os atributos negativos associados à favela. Porém, não parece impróprio concluir que, para os moradores, a palavra “favela” não é a mais acertada para definir o lugar onde vivem e que há outras mais interessantes. Os termos periferia ou comunidade, por exemplo, podem apontar o reconhecimento de que eles são pobres iguais a muitos outros (nesse caso, o fato de esses outros não ocuparem ilegalmente o solo parece não fazer muita diferença). Talvez eles prefiram desagregar a condição de ocupação ilegal do solo da nomeação do local. Pode ser que a persistência em nomear o local como favela seja uma determinação dos não-favelados, especialmente os dos estratos de média e alta rendas.

Talvez a resistência no emprego do vocábulo – pelo menos diante da pesquisadora – signifique que esses moradores querem tratamento igual aos que não habitam as favelas e, assim, livrar-se dos estigmas que lhes são associados. Essa questão emergiu nas conversas com os moradores ao longo da pesquisa. Eles reivindicam – não necessariamente de modo militante e organizado – um tratamento digno, como o que deve ser dispensado a todos os cidadãos. A indignação anunciada à perseguição dos vizinhos de média e alta rendas, dos seguranças dos “enclaves fortificados” e dos não-favelados em geral anuncia o desejo de participar do espaço social e receber tratamento igualitário. Os confrontos de Waldir com os vizinhos endinheirados e os arranjos de Beatriz para ser aceita pelos amigos se

associam ao movimento cotidiano dos moradores da favela para participar da construção do espaço social, para também usufruírem dos bens à disposição dos não-favelados. Todavia, eles não dispõem da mesma força que as camadas de alta e média rendas para impor esse ponto de vista como uma opinião coletiva.

UM SHOPPING COMPLETO COMO SÃO PAULO

A mobilidade manifesta nas trajetórias dos moradores da favela indica que eles freqüentam os “enclaves fortificados”, onde se busca assegurar a homogeneidade social do público pelo controle efetuado por meio de sistemas de segurança. O “enclave” mais visitado pelos moradores da favela é um shopping, distante alguns quilômetros dali, voltado para as camadas médias e altas. Apesar de a direção dos movimentos dos moradores da favela pelo tecido urbano apontar que eles freqüentam esse tipo de espaço, acendendo a controvérsia sobre a possível homogeneidade dos espaços promovida pela polarização, o reconhecimento do modo como a administração do shopping admite a sua circulação talvez contribua mais para acentuar os argumentos sobre a segregação do que propriamente minimizá-los. Contudo, a constatação da heterogeneidade do público nos “enclaves fortificados” chama a atenção para a complexidade desse fenômeno.

No período da pesquisa havia quatro grandes shoppings na região. O shopping C estava um pouco distante da favela, era simples e voltado para um público popular. Nenhum morador da favela informou ir a esse shopping. O shopping A era o mais próximo da favela, embora a curta distância não atraísse os moradores porque, segundo eles, era “sem graça”. O seu comércio sofisticado agradava as camadas de renda elevada. Os shoppings B e D ficavam um pouco distantes da favela (um em frente ao outro). O D era muito sofisticado (mais do que o A), abrigando lojas, academia de ginástica e prestação de serviços com preços bastante altos, seu público preferencial era o de renda elevada; os moradores da favela não o visitavam. O comércio do shopping B também era caro, mas um pouco menos sofisticado e muito freqüentado pelo público de rendas média e alta e o preferido pelos moradores da favela. Os fatos que tornavam o shopping B atrativo aos moradores da favela e o A “sem graça” são elucidativos para a compreensão dos modos como se transcorrem os encontros cotidianos dos diferentes grupos sociais e como os moradores da favela buscam participar e intervir nos espaços segregados que os atraem.

O shopping B era o preferido dos entrevistados por causa do “agito”, da movimentação, da energia que parecia circular pelos seus corredores e que contagiava os freqüentadores. Mas ele também seduzia porque permitia aos moradores da favela ser “eles mesmos”, vestir as roupas que estavam acostumados a trajar, falar e gesticular espontaneamente, ir a cadeias de lanchonetes que os atraíam, jogar jogos eletrônicos, encontrar colegas e fazer novas amizades, mas com pessoas parecidas com eles, com o mesmo estilo de vida. Portanto, a energia e a liberdade para a espontaneidade foram as características destacadas pelos entrevistados como as responsáveis por tornar o shopping B um lugar agradável e sedutor.

O shopping A não apresentava o mesmo fluxo de energia, o mesmo “agito”; ao contrário, tinha pouca movimentação, talvez guardasse alguma semelhança com a área das mansões, definida pelo jovem Waldir como um “cemitério”. Além disso, nesse shopping os moradores da favela não se sentiam à vontade para se comportar espontaneamente; estavam sempre preocupados com os olhares repressores dos lojistas, seguranças e público, que parecia censurar os estilos dos moradores da favela.

A tolerância da administração em relação à espontaneidade dos favelados informa que, de alguma maneira, eles eram convidados a contribuir e a enriquecer o local com seus estilos de vida. Afinal, já faz algum tempo que as telas dos cinemas exibem filmes que apresentam as agruras das populações empobrecidas, que os CD que cantam a revolta contra a discriminação e o preconceito são vendidos nas melhores lojas do ramo, que as vitrinas exibem roupas com estilo despojado, desafiando os clássicos padrões da harmonia, e que peças jeans rasgadas e rotas são vendidas por valores elevados. A oferta de produtos inspirados em estilos de vida de populações empobrecidas também era comum no shopping A; no shopping B, porém, a movimentação, a efervescência, a excitação, o colorido promovido pela diversidade de estilos de seus freqüentadores contagiam o próprio ambiente, tornando-se um diferencial do centro de consumo. A capacidade de o shopping B aglutinar diferentes estilos de vida e a consequente efervescência, circulação de energia e constante emergência do novo e do inusitado é que parece explicar as relações das duas características levantadas antes – energia e liberdade para a autenticidade – e que elucidam a sedução desse shopping.

A diversidade de grupos que freqüentam o shopping – incluindo os moradores da favela – para informar-se sobre as últimas tendências dos padrões de relações sociais, da moda, da tecnologia e, mesmo, dos caminhos prometidos para alcançar a felicidade na sociedade de consumo (provavelmente o principal objetivo desses centros comerciais) contribui para que as informações sejam constantemente atualizadas. Isso porque os diferentes grupos introduzem no espaço uma diversidade de novidades acerca de novos padrões de comportamento, de estilos e de valores e que são absorvidos pela dinâmica de consumo do shopping. Essa característica não atrai apenas os moradores da favela, mas principalmente os bem-informados consumidores das camadas de média e alta rendas, também sequiosas de novidades.

O fato de abrigar energia e diversidade faz que, de alguma maneira, o shopping B reproduza as atraentes características associadas à cidade, como ensina a literatura. De certo modo, os predicados do shopping apontados pelos entrevistados recordam as características da esfera pública, definidas por Sennett (1995): o espaço onde circulam conhecidos e desconhecidos, marcado pela diversidade de pessoas. Tais predicados podem também induzir à suposição de afinidades com a reflexão de Arendt (2003) sobre a vida na esfera pública das cidades-estado, onde, ao contrário da esfera privada, os sujeitos podiam ser ouvidos e vistos e o que eles faziam se tornava proeminente para os outros. Afinal, nos relatos sobre o shopping, os entrevistados comunicavam a satisfação por participar de um espaço atraente e interessante para as pessoas em geral. Desse modo, estar presente nesse local, exibindo-se de modo autêntico, prestigiava os seus estilos de vida.

Uma análise apressada das experiências dos moradores na favela pode deixar entrever o prognóstico de que no shopping os moradores da favela poderiam interagir com sujeitos de diferentes camadas sociais de modo autônomo, despidos da marca que lhes associa diretamente à ilegalidade do modo de ocupação do solo e que seus estilos adquiriam visibilidade pública.

A apreciação cuidadosa das descrições sobre o modo de participação dos moradores da favela no shopping, entretanto, contesta as afinidades entre esse enclave e a clássica esfera pública. Isso porque o shopping é um local privatizado, diferente da esfera privada, a qual se contrapõe à pública. Trata-se de um outro fenômeno, pois, embora ele esteja aberto sem restrições ao público em geral, as normas que o organizam não são discutidas coletivamente, mas definidas pelo promotor imobiliário, e, como explica Villaça (1998,

p.303), são respeitadas até pelos próprios comerciantes. E essas normas definem os limites da participação dos moradores da favela no local: concentração nas áreas de alimentação, de brinquedos e jogos eletrônicos, discrição para que os integrantes das camadas de média e alta rendas mantenham-se inconscientes do contato com essa população e, principalmente, a não-ameaça ao ideal de “ilha da fantasia”, onde não há espaço para a tristeza, a vulnerabilidade, o fracasso e, acima de tudo, para a insurreição dos favelados.

A tendência de concentração dos moradores em áreas restritas não significa que eles fossem proibidos ou perseguidos em seus passeios por outras áreas. Eles podiam circular por todo o shopping, mesmo onde estavam localizadas as lojas e restaurantes caros e sofisticados. Contudo, as áreas mais nobres se assemelhavam ao shopping A, “sem graça” por causa da homogeneidade do público, composto prioritariamente pelos endinheirados. Nas áreas nobres, provavelmente, eles não sentiam a mesma liberdade para exercitar a espontaneidade, permanecendo preocupados com a censura ao seu estilo de vida.

As particularidades do shopping B convergem para as considerações de Bauman (2001, p.114) sobre o espaço público não-civil, onde os indivíduos compartilham espaços mas sem interagir uns com os outros. Isto é, o contato de moradores da favela e os não-moradores da favela se restringe ao fato de que eles consomem o mesmo espaço, as mesmas imagens, os mesmos produtos e mensagens, porém o conteúdo absorvido não provoca reflexão, posicionamento crítico e, muito menos, a elaboração de opiniões coletivas. As reflexões de Auge (1994) sobre os não-lugares também auxiliam na compreensão das configurações do shopping: onde não há espaço para a expressão simbólica, as identidades, as relações e a história. O autor ressalta o predomínio do presente, da história do dia-a-dia, sem possibilidade de continuidade.

Um dos principais aspectos que, provavelmente, opõem o ambiente construído no shopping às características essenciais da esfera pública é essa quase impossibilidade de produzir a história. A pauta de temas que organizam as relações no local, voltada prioritariamente aos interesses comerciais, não está sujeita à negociação. O limite das formas de participação dos indivíduos no espaço é imposto pelo interesse comercial. Por isso, a presumível absorção dos estilos de vida dos moradores da favela pelo shopping vincula-se primordialmente a propósitos econômicos. Por alguns motivos, atualmente certos estilos desenvolvidos por grupos empobrecidos revelam-se uma oportunidade de lucro, ou seja, eles são negociados como mercadorias. Esse talvez seja um dos vários motivos que explicam a tolerância à presença dos favelados nesse enclave, já que do modo como ela ocorre eles se mantêm relativamente invisíveis no local. Perseguindo as reflexões de Arendt, aquilo que os moradores da favela pensam ou fazem permanece inaudível e invisível para os outros, ou seja, eles não conseguem tornar coletivos os seus interesses.

Os limites à participação dos moradores da favela nos espaços que lhe interessam sem enfrentar a desigualdade imposta em virtude da sua condição social podem ser ponderados a partir das contrastantes experiências de alguns jovens entrevistados numa cadeia internacional de lanchonete. As lojas dessa cadeia fazem sucesso com boa parte dos jovens no local. Muitos deles afirmaram que as freqüentavam assiduamente. Waldir explicou por que ela exercia atração sobre os jovens: “é bom para passear, para ficar conversando; em alguns restaurantes a pessoa tem que falar baixo, ali não, vai pobre, vai gordo, vai magro, tudo misturado”. Ele ainda destacou outros detalhes: o aspecto agradável do lugar, em razão da arquitetura moderna, do intenso fluxo de pessoas, da confiança em relação à qualidade dos ingredientes dos sanduíches, pelo rigoroso controle imposto pela matriz. Ou seja, nessas lojas, os jovens experimentam a sensação de participar de um mundo moder-

no, de compartilhar de valores globais. Assim como o shopping B, essa cadeia concentra as duas qualidades indispesáveis para seduzir os entrevistados: tem energia (a qual deriva do fato de ser moderna, internacional e de atrair uma massa de consumidores) e admite que os moradores da favela sejam espontâneos.

Os relatos da experiência de um outro jovem da favela – Denílson – com a cadeia de lanchonete, todavia, abala o anunculado espírito de tolerância. A tal cadeia desenvolveu, em parceria com ONGs que atuavam na favela, um programa social voltado para promover oportunidades de trabalho a jovens carentes. Uma das ONGs responsável pela seleção de jovens aptos a trabalhar nas lanchonetes indicou Denílson. Contudo, apesar de competente para o posto, o jovem foi descartado porque lhe faltava um dente dianteiro. Desse modo, observa-se que a transigência em relação a indivíduos gordos, magros, com dente ou sem dente beneficia sobretudo os clientes, mas os trabalhadores devem corresponder ao perfil de boa aparência. A transigência da cadeia de lanchonete à diversidade dos consumidores parece não repercutir na organização das relações trabalhistas.

A predominância do presente, como afirma Auge (1994), indica a restrita e abreviada ressonância das tentativas de usufruir e interferir nos centros de consumo, impossibilitadas de enraizarem-se, tornarem-se referência, desdobrarem-se e influenciarem eventos futuros. Afinal, a memória local é renovada cotidianamente, purificando o ambiente de lembranças que ameacem a imagem de “ilha da fantasia”. Portanto, a oportunidade de contato de moradores da favela com as camadas de alta e média rendas no shopping não sugere a conquista de um espaço onde eles possam usufruir dos bens disponíveis nas áreas segregadas e, sobretudo, interferir na organização do espaço em condições de igualdade, desembaraçados dos estigmas associados à forma de ocupação. Todavia, nos tempos atuais, os espaços privatizados têm se destacado como local privilegiado para a convivência das diferentes camadas sociais e também dos integrantes de uma mesma camada. Por isso, as disputas dos diferentes grupos têm sido limitadas pelo modo de organização desses espaços, assentados na construção de um ambiente tranquilo e alegre, mesmo que de forma artificial.

A FAVELA QUE É UMA CIDADE

O estudo do modo como se organizam as relações sociais, econômicas e políticas nessa favela confirma o raciocínio de Valladares (1999), que destaca a necessidade de se compreender a favela como um universo complexo, heterogêneo, composto por diversos grupos, como parte das engrenagens mais amplas do espaço urbano. Isso porque a própria organização espacial da favela expressa a heterogeneidade dos grupos que ali residem. A disputa pela apropriação diferenciada dos recursos do espaço e a concentração do grupo com renda mais elevada numa mesma área, características apontadas por Villaça – já citadas – como alguns dos elementos do processo de segregação, podem ser constatadas ali dentro.

A favela se divide em cinco áreas: três estão na parte central e duas, nas extremidades. As condições de vulnerabilidade nessas duas últimas são acentuadas. Elas se localizam na parte baixa do morro, às margens do riacho que transborda no período de chuva intensa, quando as águas sujas invadem os domicílios, destruindo os poucos bens e alimentos das famílias, que são as mais empobrecidas da favela. A concentração de domicílios de madeira, em razão do custo inferior em relação aos de alvenaria, favorece a ocorrência de

incêndios. Destacam-se ainda a existência de ratos que atacam os alimentos e a longa esquadaria que separa esses moradores da área central, onde se localizam equipamentos estratégicos, a saber: comércio, escolas, postos de saúde e vias de acesso para entrar e sair da favela. Segundo as assistentes sociais, a fome das famílias nessas áreas só não é um problema muito grave por causa da doação de cestas básicas. Em contraste, nas três áreas centrais, o valor do domicílio é mais elevado, em virtude da oferta da infra-estrutura. Nessas áreas, muitas das vias são asfaltadas, há iluminação e telefones públicos, além dos equipamentos públicos e privados. Porém, nelas também se constata a heterogeneidade dos grupos estabelecidos, pois o valor dos domicílios localizados nas ruas principais é mais elevado do que os instalados nas vielas, onde o conforto é reduzido. Nessas três áreas há domicílios confortáveis e luxuosos. O entrevistado Roderlei contou que alguns moradores gastavam, apenas na construção, cerca de cem salários mínimos para ter uma casa bonita. A desigualdade social dos grupos também se manifesta na exibição de bens de elevado valor financeiro, como os automóveis.

A distância social se reproduz dentro da favela. Isso porque a rede de relações dos grupos com renda elevada se compõe, sobretudo, de indivíduos que compartilham as mesmas condições socioeconômicas. Certamente, a alta densidade populacional num espaço exíguo incita a convivência de grupos com diferentes condições sociais, porém isso não anula as alianças dos indivíduos mais poderosos e a possibilidade de converter diferenças em desigualdade. O casamento entre indivíduos com as mesmas condições sociais é um exemplo dessas alianças. A jovem Ariadne informou que os pobres e os ricos não se misturam na favela, e que, apesar do esforço de muitas mães pobres para casar suas filhas com homens ricos, a união geralmente se dá entre indivíduos do mesmo grupo social. O jovem Denílson criticou o fato de os jovens com recursos financeiros evitarem amizade com os empobrecidos. Para ele, os jovens endinheirados da favela eram “frescos” e consideravam os empobrecidos uns “maloqueiros”.

A distância social se assenta na distribuição desigual do poder político, econômico e social, que tem sua origem no período de ocupação da favela. As famílias mais poderosas descendem dos primeiros moradores do local, que ali se instalaram entre as décadas de 1960 e 1970, que convidaram familiares e amigos do local de origem a migrarem. Isso levou à concentração de famílias oriundas de duas determinadas regiões da zona rural do Nordeste. Até o início deste século, boa parte dos moradores descendiam dessas famílias e mantinham laços com o local de origem. No início da década de 1980, dois grupos rivais travaram violenta guerra na favela para exercer o monopólio de atividades ilegais. O grupo vencedor se firmou como autoridade no local, juntamente com a elite dos comerciantes e das lideranças políticas. Os vínculos de parentesco, amizade e naturalidade aproximam as elites dos diversos setores e a aliança entre eles busca evitar a concorrência e, assim, manter o poder. Esses indivíduos se concentram nas áreas centrais e têm mais facilidade para usufruir dos recursos locais.

Deve-se ressaltar que os recursos financeiros são insuficientes para a conquista do *status social*, o qual demanda o ingresso no grupo composto pelas elites locais. Isso é o que esclarece a trajetória da jovem Ariadne, que experimentou posições sociais contraditórias nos seus poucos 23 anos. A família de Ariadne era simples, sua mãe era doméstica e chefe do grupo, o qual sustentava com os rendimentos do seu trabalho. A condição financeira dessa jovem melhorou depois de ela se tornar garota de programa, época em que dispunha de muito dinheiro, além dos presentes caros que recebia dos clientes: roupas, sapatos, perfumes, bijuterias, maquilagem etc. Apesar de ostentar a posse de produtos de

luxo, Ariadne não conseguiu ingressar no grupo composto pelas elites da favela. Pelo contrário, nessa época ela era enxovalhada por esse grupo, que a considerava uma “galinha”, numa recriminação ao desvio moral que lhe era atribuído. Tempos mais tarde, a jovem uniu-se a um rapaz da favela que, segundo ela, era um “bandido”. O rapaz e a sua família compartilhavam laços de afinidades com um dos grupos que compunham as elites. Nessa época, Ariadne não foi perseguida nem estigmatizada. Pelo contrário, os indivíduos poderosos e a massa dos moradores da favela a respeitavam. Mas a união conjugal – que durou curto período – se encerrou com a morte do rapaz. Desde então, Ariadne perdeu o *status* adquirido junto ao companheiro e voltou a ser apontada como uma “galinha”. A jovem ainda enfrentaria novos problemas, após unir-se a um outro companheiro que atraiu a antipatia de alguns homens poderosos da favela.

Os grupos que ocupam posição privilegiada na favela empregam estratégias para manter o poder e a apropriação diferenciada dos recursos locais, a exemplo das dinâmicas desenvolvidas na sociedade brasileira. Uma dessas estratégias é a exploração intensiva da força de trabalho, uma questão clássica dos estudos sobre os modos de organização da sociedade nacional. A trajetória da jovem Michele descreve a prática na favela. Ela havia recusado uma proposta de trabalho no mercadinho local por causa das condições impostas: jornada de seis dias por semana – incluindo sábados e domingos, com direito a um dia de folga, no meio da semana – e quinze horas por dia (das 7 às 22 h), remuneração de dois salários mínimos, sem registro na carteira de trabalho; portanto, sem acesso aos direitos trabalhistas. Ela reclamou da exploração e a resposta do empregador foi: “para trabalhar na favela não é preciso pagar bem”. Michele trabalhou como cobradora para uma das linhas de lotação que serviam a favela. Ela era cobradora fixa, trabalhava todos os dias da semana, com jornada de dezoito horas por dia (das 5 às 23 h), a remuneração diária era de 30 reais, mais café da manhã e almoço, sem registro na carteira de trabalho. Ela perdeu o emprego porque não correspondeu ao assédio sexual do motorista.

Michele informou que o cobrador era responsável pelo dinheiro coletado, se recebesse uma nota falsa, deveria repor o valor. Isso foi o que aconteceu com um garoto que recebeu uma nota falsa no valor de cinqüenta reais e foi obrigado a trabalhar sem ser remunerado até saldar a dívida com o responsável pela linha. Além da brutal exploração da força de trabalho, a ocupação na favela continha um outro agravante: os possíveis conflitos podiam ser arbitrados pelo grupo que exercia atividades ilegais no local e que costumavam agir violentamente. De modo geral, os moradores preferiam evitar qualquer participação em ocorrências que pudesse suscitar algum tipo de punição por parte desse grupo. Ou seja, a intensa exploração da força de trabalho com pouca qualificação é facilitada pelo constrangimento da força bruta e pela manipulação das relações de amizade e companheirismo entre vizinhos da favela. Se as relações trabalhistas na favela indicam situação de superexploração, não é possível desconsiderar que as experiências que compõem as trajetórias dos moradores ocupados fora do local apontam que esse é um padrão geral nas relações de trabalho no país.

A análise de algumas passagens da trajetória do casal Ariadne e Denival ensina aspectos envolvidos na trama da construção das relações de dominação e subalternidade na favela. Esse casal enfrentava dificuldades econômicas desde o tempo do namoro. No início da união conjugal, eles moraram num barraco precário às margens do riacho, na parte mais baixa da favela. Para sobreviver, o casal dependeu do auxílio oferecido por algumas instituições instaladas no local, que ofereciam cesta básica, roupas e móveis usados. Ariadne era moradora antiga; ela e a família já haviam desenvolvido laços de amizade, o

que facilitava o acesso a benefícios como doações e ofertas de emprego no local. Denival, ao contrário, instalara-se recentemente por ali. O jovem atraiu a atenção de muitas mulheres da favela porque era bonito. O sucesso com as mulheres despertou a animosidade dos homens mais bem posicionados, que passaram a persegui-lo, constrangendo os comerciantes e os empregadores do local para lhe recusarem oportunidades de trabalho e também exercendo pressão sobre instituições para que não recebesse doações. Nem mesmo os diversos e antigos contatos de Ariadne conseguiram driblar o jogo de forças imposto pelos homens bem posicionados, o que agravou a penúria do casal. A compreensão da justificativa para a ira desses homens contra Denival desvenda questões interessantes sobre os valores que organizam as relações sociais no local e que se vinculam às origens rurais das famílias que exercem o comando. Apesar de essas famílias estarem estabelecidas há décadas na capital, onde têm acesso a valores urbanos e contemporâneos, elas ainda reproduzem valores e padrões de comportamento da organização social rural que eram praticados há tempos. Certamente não se trata da simples reprodução de antigos valores, relevantes para o processo de construção da identidade social.

A questão é mais complexa, pois envolve o emprego de antigos valores numa ordem social moderna e urbana. A reprodução desses valores – e o modo como isso se dá – relaciona-se com aspectos da própria sociedade urbana e moderna. Ou melhor, a sociedade urbana e moderna contempla a reprodução desses valores até porque eles participam do processo de construção da desigualdade. Desse modo, os homens da favela não merecem ser classificados como machistas ultrapassados, porque a assimetria que caracteriza as relações de homens e mulheres não é exclusividade da favela, mas um fenômeno comum a toda sociedade brasileira. O poder associado à capacidade masculina de atrair diversas mulheres – por causa do *status* privilegiado e também do dinheiro – não se restringe à favela, pelo contrário, é comum a toda sociedade. Nessa história, o que vale ser ressaltado é o controle exercido por alguns homens sobre os recursos disponíveis no local, a fim de impor o seu poder e exigir a subalternidade de Denival. Por fim, as perseguições se encerraram; porém, após o casal comprovar a estabilidade de sua união, o que afastou o jovem das mulheres da favela e tranqüilizou os contendores.

O episódio que escancara a manipulação dos recursos disponíveis na favela por um grupo particular para manter o seu poder e a desigualdade chama atenção para a ordem privatizada que predomina nesse tipo de ocupação. O problema é que a frágil presença estatal, em virtude de se tratar de uma ocupação ilegal, favorece a expansão de uma ordem privatizada, que se sustenta por regras pessoais e particulares, em vez de leis impessoais e universais. É certo que em alguns casos as relações de poder e a administração nas favelas podem representar o interesse coletivo. Porém, nem sempre essa é a regra, especialmente quando há grupos envolvidos com atividades ilegais que, por força dos negócios, necessitam controlar as relações dos diferentes grupos no local. A frágil presença estatal dificulta a imposição de interlocutores neutros para negociar a apropriação proporcional e justa dos recursos, em vez do domínio arbitrário do grupo que exibe mais força. O episódio da trajetória do casal exemplifica que eventualmente o acesso a doações de instituições pode depender de o beneficiado se subordinar aos interesses de grupos locais com poder para manipulá-los.

As razões que fizeram Denival optar por morar na favela explicam elementos que auxiliam a manutenção da ordem privatizada nesse espaço. Ele contou que, logo ao migrar para São Paulo, morou com familiares no bairro de São Miguel Paulista. Após inúmeros conflitos com os irmãos, ele se mudou para a casa de um tio, na favela. Denival preferia

2 Os outros motivos que influenciaram o seu estabelecimento na favela eram tão ou mais importantes que a vantagem econômica, a saber: a filiação, a profunda identidade com os hábitos e os costumes locais e as amizades. Na favela, ele conseguiu reproduzir um pouco da vida no local de origem, com o qual ele nunca rompera.

a favela ao bairro, e um dos motivos era a economia com impostos e taxas.² As frágeis condições econômicas de Denival e de muitas outras famílias entrevistadas impediam gastos elevados com as inúmeras taxas de serviços essenciais e mais impostos. Na favela, uns pagavam taxa mínima por serviços essenciais e muitos não pagavam nada. A economia com impostos e taxas, não raramente, fundamenta as críticas das camadas de rendas alta e média contra os moradores da favela, apontados como indivíduos que têm tudo de graça e que querem tudo fácil. Talvez a economia com taxas e impostos possa amenizar a dureza da vida de muitas famílias. Todavia, ela está vinculada à condição da ilegalidade na ocupação do solo e, concomitantemente, a uma série de outras situações também marcadas pela ilegalidade ou, pelo menos, não regularizadas formalmente, como o acesso clandestino a serviços essenciais. A ilegalidade e a irregularidade formal apontam a impossibilidade de a esfera estatal impor a regulação e a proteção a essa população, ocasionando brechas, estrategicamente preenchidas por alguns grupos que buscam privatizar o espaço e obrigar os moradores a se subordinarem aos seus interesses particulares. E, na lógica dos poderes privados, os primeiros direitos a se esvaírem são a liberdade e a igualdade.

Esse tipo de ocupação abriga uma massa de cidadãos, apesar dos percalços que lhes são impostos. Os argumentos de Maricato (2000) elucidam alguns dos motivos responsáveis pela multiplicação desse tipo de moradia. Segundo essa autora, o processo de urbanização do país se orientou pela exclusão e segregação. As classes trabalhadoras resolveram a questão da moradia por meio de “expedientes de subsistência”, acionando elementos do mundo privado e não por vias legais. Isso porque os gastos com a habitação não foram incluídos nos custos da força de trabalho, diminuindo, assim, o valor dos salários e beneficiando os empregadores (*ibidem*, p.155-7). Desse modo, comprova-se que a propagação desse tipo de moradia, com sua ordem privatizada e desigual, se relaciona com as estruturas mais amplas de nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões deste artigo buscaram enfatizar a convivência cotidiana de grupos sociais heterogêneos num espaço segregado. Os argumentos aqui desenvolvidos convergem para as conclusões de parte da literatura que estuda a segregação do espaço social, corroborando as disputas para a apropriação diferenciada dos bens coletivos e as forças para distanciar – simbólica e fisicamente – as camadas empobrecidas das de alta renda. Porém, o foco da análise privilegia o estudo dos encontros e da convivência cotidiana das diferentes camadas sociais. Isso porque as relações cotidianas constituem um valioso campo da vida social para se elucidar as formas pelas quais as orientações procedentes das estruturas da sociedade mais ampla se configuram nas instâncias microssociais, pois tais orientações se concretizam durante as relações cotidianas. Entretanto, é nesse campo da vida social que os sujeitos se confrontam com orientações, sobre as quais não exercem controle, mas também improvisam e elaboram ações de resistência para conquistar seus objetivos.

Certamente, essas ações não alcançam estatuto de manifestação militante e organizada, todavia exercem influência sobre o modo como os sujeitos organizam as relações e as representações sociais. Isso é observado no movimento dos moradores da favela para participar de espaços voltados, principalmente, para camadas de rendas alta e média. Eles buscam apropriar-se de recursos, porém enfrentam resistências que visam manter a apropriação diferenciada para as camadas com melhor renda. Nesse movimento, as camadas

de rendas alta e média desenvolvem ações que podem converter a diferença em desigualdade, mas também os moradores da favela podem afirmar a sua reivindicação de usufruir dos bens coletivos e participar do espaço social, desobrigados de trazer consigo os estigmas que a sociedade lhes impõe. Destaca-se ainda a construção cotidiana da subalternidade na favela, pela qual se busca estabelecer a desigualdade entre sujeitos que são igualmente estigmatizados pelos grupos que não habitam as favelas. A construção da desigualdade na favela se relaciona com as diretrizes mais amplas da sociedade brasileira; assim sendo, o modo de organização das relações na favela reproduzem as configurações da sociabilidade nacional. Entretanto, o movimento para impor a desigualdade entre os próprios moradores da favela certamente provoca impactos sobre o modo das relações cotidianas desses sujeitos com os integrantes das camadas de média e alta renda.

Os possíveis impactos da multiplicação dos espaços privatizados – tema apontado pela literatura e abordado neste artigo – sugerem a necessidade de estudos aprofundados, visto que esse fenômeno incide sobre as formas da convivência cotidiana. Um dos efeitos do fato de a convivência de sujeitos de uma mesma camada social e também de diferentes camadas suceder principalmente em espaços privatizados é a restrição à autonomia de suas ações. Isso em virtude das determinações e do controle de uma administração, que não se fundamenta em valores públicos, comprometidos com a igualdade nas condições de participação. As discussões deste artigo não concluem que os encontros e a convivência cotidiana nos espaços privatizados peremptoriamente conduzem a padrões de relações sociais pautados pela desigualdade e dominação. Mas é inegável que a convivência nesse tipo de espaço embaralha as configurações dos encontros e desencontros das diferentes camadas sociais. Esse é um fenômeno que demanda a realização de pesquisas etnográficas e novas reflexões para a melhor compreensão de um modo de relacionamento que já se tornou corriqueiro e afeta os padrões de sociabilidade e a disputa pela construção do espaço social.

Maria Inês Caetano Ferreira é doutora em Sociologia, pesquisadora pós-doc do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP). E-mail: inescaetano@uol.com.br

Artigo recebido em novembro de 2005 e aprovado para publicação em dezembro de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. *La distinction: critique social de jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. Efeitos de lugar. In: _____. (Coord) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.159-66.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CABANES, R. Quelle approche biographique? *Révue Internationale de Psychologie*, v.VI, n.14, p.1-17, 2000.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp; Ed.34, 2000.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.) *A cidade do pensamento único: desmantelando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-92.
- REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: _____. (Org.) *Jogos de escadas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.15-38.

- RIBEIRO, L. C. de Q. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? *Novos Estudos Cebrap*, n.45, p.167-77, jul. 1996.
- SASSEN, S. *The global city*: New York, London and Tokyo. New York: Princeton University, 1991.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, L. A. M. da. A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CNPq, 2002. p.220-37.
- THOMPSON, P. Des récits de vie a l’analyse du changement social. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v.LXIX, p.249-68, 1980.
- VALLADARES, L. do P. Que favelas são essas. *Insight Inteligência*, p.58-63, ago./set./out., 1999.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998.

A B S T R A C T *This article intends to consider research findings into a favela in a sophisticated neighborhood in São Paulo. It focuses spatial segregation and favelado's practices influencing social space production. People mobility was realized by trajectories study, so it is possible to observe meetings among favelados and rich neighbors and its configuration. Research findings show favelados used to go to the mall, where rich people go also. This article reflects heterogeneous social groups in segregated spaces. This article demonstrates social inequality in favela, where an elite dominates people. Favela's social inequality reproduces Brazilian society inequalities. At last, this article considers effects of people meeting at private space, where rules are different from public spaces.*

K E Y W O R D S *Segregation; privatization; social inequality; social discrimination; favela; urban space.*